

A territorialização dos movimentos sociais na Região Tocantina no estado do Pará

La territorialización de los movimientos sociales en la Región Tocantina, en el estado de Pará, Brasil

Wesley de Souza Marques * 

Mário Júnior de Carvalho Arnaud ** 

Fabiano de Oliveira Bringel * 

Resumo

O presente trabalho propõe-se a análise das expressivas dinâmicas de territorialização de movimentos sociais na Região Tocantina, estado do Pará, a partir do enfrentamento de problemáticas ambientais e sociais ocorridas especialmente a partir da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT), na década de 1970. O objetivo central está associado à compreensão das motivações que levaram à emergência dos movimentos sociais e suas lutas na região, entender ainda esse histórico de territorialização e resistência. Nossa base teórica passou pela abordagem da temática dos movimentos sociais na Geografia e na discussão sobre a geopolítica que cerceia esta região amazônica. Os procedimentos metodológicos empregados consistiram em levantamento documental e bibliográfico, entrevistas semiestruturadas, análise de imagens de satélite, confecção de mapas, trabalho de campo e análise e sistematização de dados por meio de uma perspectiva dialética e qualitativa. O estudo comprovou a ocorrência de uma mesma e reiterada lógica econômica, logística e geopolítica secular na região, com potencial de desestruturação social e ambiental, contradições do modo de produção que motivaram processos de enfrentamento e resistência em defesa de modos de vida.

Palavras-chave: Geografia; movimentos sociais; Amazônia; Região Tocantina.

Resumen

El presente trabajo se propone analizar lá dinámicas territoriales significativas de movimientos sociales en la Región Tocantina, estado de Pará, a partir del enfrentamiento de problemas ambientales y sociales ocurridos especialmente después de la construcción de la Central Hidroeléctrica Tucuruí, en la década de 1970. El objetivo central es comprender las motivaciones que llevaron al surgimiento de los movimientos sociales y

* Universidade do Estado do Pará (UEPA). Campus Belém; Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG-UEPA); Belém, PA, Brasil. E-mails: wesleygeo7@gmail.com; fabianobringel@gmail.com

** Universidade Federal do Pará (UFPA). Campus Universitário do Tocantins (Cametá); Cametá, PA, Brasil. E-mail: marioarnaud@ufpa.br

sus luchas en la región, así como a comprender esta historia de territorialización y resistencia. Nuestra base teórica fue el abordaje del tema de los movimientos sociales en la Geografía y la discusión sobre la geopolítica que rodea a esta región amazónica. Los procedimientos metodológicos utilizados consistieron en relevamiento documental y bibliográfico, entrevistas semiestructuradas, análisis de imágenes satelitales, elaboración de mapas, trabajo de campo y análisis y sistematización de datos a través de una perspectiva dialéctica y cualitativa. El estudio comprobó la ocurrencia de la misma lógica económica, logística y geopolítica secular en la región, con el potencial de desestructuración social y ambiental, contradicciones en el modo de producción que motivaron procesos de confrontación y resistencia en defensa de las formas de vida.

Palabras clave: Geografía; movimientos sociales; Amazonía; Región Tocantina.

Introdução

Das históricas ações coloniais às atuais formas de espoliação capitalista, manifestadas por grandes corporações econômicas de atuação nacional e internacional, somadas às ações do Estado brasileiro, constituiu-se um conjunto de acepções sobre a região Amazônica, que via de regra giraram em torno de suas ricas particularidades naturais que, por sua vez, continuam assumindo um papel de destaque em formulações de atividades que envolvem a exploração e o domínio de seus espaços. Um processo que, em geral, desconsiderou existências históricas de sujeitos, resumindo sua diversidade à leitura de seu ecossistema e ao domínio de sua biodiversidade e a sucessão de sua necessária exploração.

Tais leituras de Amazônia acompanharam ações que se manifestaram através da ocupação e exploração de arranjos territoriais e deste mesmo modo, dos sujeitos e comunidades tradicionais da região, em um processo marcado por conflitos e constituição de formas de resistência e insurgência política que perduram até os dias atuais em diversos planos.

O presente estudo buscou compreender processos de territorialização e de resistência dos movimentos sociais na Região de Integração Tocantins, ou simplesmente Região Tocantina. Região que historicamente comporta em sua dimensão social e arranjos territoriais, processos de lutas e resistências, sobretudo em virtude das atuações do modo de produção capitalista, viabilizadas pelo Estado brasileiro e demais sujeitos, instituições e interesses a partir da década de 1970, por meio do projeto de infraestrutura energética da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT), que foi acompanhado de um conjunto de implicações socioespaciais, ambientais e demais contradições desde sua construção aos seguintes anos de operação.

Em termos metodológicos, nossa pesquisa centrou-se no levantamento bibliográfico e documental das produções científicas de suas temáticas norteadoras, a partir de livros, artigos, dissertações, teses, documentos oficiais, relatórios, fotografias de acervos pessoais, entre outros, também no trabalho de campo para fins de obtenção de pontos de GPS e fotografias, além da própria aplicação das entrevistas semiestruturadas, análise e sistematização de dados.

Propomo-nos a realização de uma leitura dessa realidade fundamentada na dialética de tais processos, no movimento natural de transformações oriundas de contradições ou mesmo negações. Nossa linha interpretativa também se caracteriza pela sua natureza qualitativa, ou seja, partimos do entendimento da relação dinâmica e indissociável entre o mundo objetivo e as subjetividades do fenômeno estudado.

Nosso trabalho encontra-se organizado em três principais seções: a primeira busca realizar um resgate da trajetória da temática dos movimentos sociais na Geografia brasileira, a partir dos estudos de Pedon (2013), Santos (2014) e Fernandes (2005).

A segunda seção trata de uma breve discussão sobre a região amazônica, perspectivas, acepções, geopolíticas que atravessam a produção e a apropriação do espaço amazônico, temática que buscamos tratar a partir dos trabalhos de Becker (2006) e Trindade Jr (2006).

A terceira e última seção trata da discussão dos movimentos sociais no contexto da Amazônia, especificamente da territorialização dos movimentos sociais na região estudada, fundamentada principalmente pelo trabalho de Silva (2016), inicialmente e depois, com algumas de nossas considerações.

Geografia e Movimentos Sociais

A categoria movimentos sociais se constrói fortemente na geografia e representa uma possibilidade real de interpretação dos fenômenos espaciais/territoriais no Brasil. No histórico dessa categoria na geografia se apresenta com Fernandes (2005), Pedon (2009), Sobreiro Filho (2016) sob a forma dos movimentos socioterritoriais.

Por isso, para a possibilidade de uma leitura geográfica sobre movimentos sociais na Amazônia, consideramos em primeiro lugar, a necessária compreensão sobre a própria Geografia dos movimentos sociais no Brasil, ou seja, compreender a partir de quais momentos históricos, perspectivas e tendências, buscou-se trabalhar a temática dos

movimentos sociais enquanto abordagem na ciência geográfica, como expressão de contradições e conflitos sociais na sociedade, para a partir de então focar nas experiências concretas de atuação e territorialização de movimentos na região Amazônica, em especial na Região Tocantina.

Assim, buscamos entendimentos sobre elementos históricos, sociais e econômicos da própria região Amazônica e suas populações, com vistas a discussão do caráter colonial de predação que via de regra balizou processos históricos de ocupação e exploração de territórios e sujeitos, os quais consideramos ter forte relação com o surgimento, constituição e atuação dos movimentos na região.

É nesse sentido que nossa leitura parte do contexto da década de 1970, período que consideramos ser um verdadeiro “ponto de encontro”, em uma perspectiva temporal, para questões fundamentais que substanciaram nosso entendimento sobre a relação da ciência geográfica com a temática dos movimentos sociais a partir de um contexto amazônico.

Uma primeira e fundamental questão a ser considerada é referente a relação da Geografia brasileira com a temática dos movimentos sociais. Sobre isso, Pedon (2013) destaca que ao contrário do que ocorreu na História e na Sociologia, a busca pela compreensão dos fatores que colaboraram para a organização e efetivação das lutas sociais tardou a merecer atenção dos meios institucionais dos quais a Geografia se nutria. Não seria um equívoco considerar que tal relação tem caráter relativamente novo. Conforme Pedon (2013), o interesse dos geógrafos brasileiros em estudar a temática se intensificou a partir do processo de Renovação da Geografia na passagem da década de 1970 para 1980, com a ascensão de diversos movimentos e a incorporação de uma matriz teórica que possibilitou tais discussões.

Em 1978 o Brasil vivia uma conjuntura política agitada, a começar pelo processo de abertura política, que mesmo orientado pelos militares e pelas elites brasileiras, não deixou de representar o início da derrocada de um regime autoritário [...] É nesse ano que ocorre o III Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), em Fortaleza (CE), evento que representou o surgimento de vários movimentos de crítica e renovação da ciência geográfica em âmbito nacional (Pedon, 2013, p. 14-15).

Com base no então processo de renovação da Geografia e da incorporação do materialismo histórico dialético enquanto base analítica e orientadora de estudos e pesquisas, Pedon (2013) considera que é a partir desse momento que muitos trabalhos sobre movimentos sociais possibilitaram a Geografia tratar de questões antes não tão

recorrentes na ciência como o papel de comprometimento do Estado com o capital, a questão da neutralidade do conhecimento científico, o caráter político da degradação ambiental, a subsunção de relações sociais comunitárias por relações capitalistas e outros.

Todo esse processo marcou a emergência dos movimentos sociais na cena política e científica da Geografia brasileira, de maneira que experiências de lutas coletivas e organizadas contra forças hegemônicas do modo de produção capitalista na era da globalização, logo tornaram-se objeto e área de estudos. A temática fundamentou-se cada vez mais em termos teóricos de maneira a possibilitar um conjunto de desdobramentos analíticos que fizeram uso de um olhar científico sobre os movimentos.

Santos (2014) destacou uma divisão tripartite das principais tendências analíticas, sendo elas: Geografia da organização dos movimentos sociais, Geografia das lutas sociais e Geo-grafias dos movimentos sociais. Entre as quais destacamos essa última pelo notável:

Esforço de construção de *categorias* emergindo da análise dos movimentos sociais. Isto se diferencia dos esforços analíticos anteriores, em que as teorizações se davam a partir da dimensão espacial das relações sociais e dos conflitos sociais, e os movimentos sociais eram ou o objeto da análise ou o motivador das análises onde as categorias eram “aplicadas”. Agora, as teorizações e as categorias derivam precisamente dos movimentos sociais, constituindo então instrumentos heurísticos espaciais voltados para a análise dos movimentos, ou com a própria proposição dos movimentos sociais enquanto uma categoria geográfica/espacial (Santos, 2014, p. 53).

Pensamos que uma das principais características evidenciadas por essa tendência analítica seja o caráter duplamente propositivo de, em primeiro lugar, dar evidência e tratar dos muitos esforços que cada vez mais tem embasado formulações de categorias analíticas para leituras sobre movimentos sociais, levando sempre em consideração as bases teóricas e conceituais da Geografia contemporânea. Em segundo lugar, destacar esforços no sentido de tratamento de movimento social enquanto categoria de pensamento na ciência geográfica e não mais somente como objeto.

Sobre este ponto, é considerável que em regiões como a Amazônia, avancem os estudos sobre movimentos sociais ou socioterritoriais de forma a concebê-los como categoria. Na ciência, este campo de pesquisa ganha cada vez mais independência e constatamos que não se pode enquadrá-los como resultantes/resultados de ações externas somente. Os movimentos sociais no tempo e no espaço, portanto, movimentos socioterritoriais são um processo si e se constituem como status independente, não

isolado, não colocados como únicos e homogêneos. Cada um constitui um aparato de funções, uns com os outros, especialmente na Amazônia e em suas sub-regiões.

Assim, Fernandes (2022) partiu de uma concepção de movimento socioterritorial como uma perspectiva multidimensional e relacional, apresentou quatro eixos fortemente inter-relacionados, sendo estes apenas alguns dos eixos possíveis de análise dos movimentos socioterritoriais, socioespaciais e sociais: estratégia, identidade, socialização política e institucionalização. Observamos que esses quatro eixos remetem ao território, a identidade territorial, criação e produção de territórios, territorialização, desterritorialização, etc. Esses eixos assumem, segundo Fernandes, um caminho para o conceito de movimento socioterritorial pela sua singularidade conceitual, pois:

Os movimentos socioterritoriais também se engajam com múltiplas conflitualidades, mas têm como objetivo central a apropriação do espaço para garantir sua existência e defesa de seu projeto político. Território é espaço apropriado por meio das ideias e práticas em busca de desenvolver seu projeto de existência (Fernandes, 2022, p. 140).

Podemos afirmar que Fernandes parte de uma geografia das lutas pela terra para interpretar os “movimentos sociais como categoria geográfica”, o que os consubstanciaria como “movimentos socioterritoriais” (Santos, 2014, p. 54).

Para Gonçalves, Rodrigues, Sobreiro Filho (2019):

A compreensão sobre os movimentos socioterritoriais se estabelece a partir de uma análise de luta pelo território, sendo assim, esta categoria emerge como algo central na leitura geográfica. Desse modo, consideramos que tal reflexão parte do fato de que, no território, encontram-se diferentes disputas, mediadas por distintos interesses por apropriação, produção e/ou ressignificação de uma determinada porção do espaço, caracterizada pelas relações de governança (Gonçalves, Rodrigues, Sobreiro Filho, 2019, p. 83-84).

Fernandes (2022) aponta que:

os movimentos socioterritoriais criam novas instituições no processo de territorialização das práticas e infraestruturas de seus projetos políticos, o que pode implicar momentos subsequentes de desterritorialização e reterritorialização à medida que as conflitualidades levam à negociação e disputa com projetos territoriais sobrepostos, particularmente com o Estado (Fernandes, 2022, p. 141).

Estas abordagens corroboram para a compreensão dos movimentos socioterritoriais cujo seu trunfo maior seria o território, território de transformações de relações sociais, de novas formas de uso, de relações com a natureza, de organização

social, de projetos de uso de um espaço que se torna tal território. Nessa perspectiva, Gonçalves, Rodrigues e Sobreiro Filho (2019) destacam que no Baixo Tocantins, num estudo realizado em Abaetetuba (PA) “as CEBs vêm traçando estratégias de resistências, nas configurações atuais, a partir de debates e resistências na defesa dos territórios ameaçados pelo capitalismo” (Gonçalves; Rodrigues; Sobreiro Filho, 2019, p. 87). E por isso, elas compreendem-se como movimentos socioterritoriais, por meios institucionais, compactuando agendas de luta e enfrentamento, mediante ações de resistências nos territórios ribeirinhos e quilombolas.

Em dados mais recentes, Sobreiro Filho e Costa (2022), explicam que as pautas dos Movimentos Socioterritoriais das Florestas, na Amazônia:

(...) concentrou-se nas relações voltadas aos demais sujeitos das florestas. Pautas centrais apareceram evidenciando a materialidade das disputas territoriais, dentre elas a Soberania Territorial, Políticas de Proteção Ambiental, Segurança e os Protocolos de Consulta para as comunidades. O Agroextrativismo, Agroecologia, o Direitos das Mulheres, o Controle e as Mudanças Climáticas emergiram como respostas e como expressões de suas próprias propostas de sustentabilidade para o mundo (Sobreiro Filho; Costa, 2022, p. 214).

Visto isso, podemos considerar que um movimento socioterritorial caracteriza-se por ter o território não apenas como trunfo, mas como condicionante de sua existência. Movimentos camponeses, indígenas, sindicatos e demais, de acordo com Fernandes (2005), podem constituir movimentos socioterritoriais e socioespaciais, porque criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios.

Desse modo, levando em conta questões como a conjuntura política, a sucessão de fatos e contribuições que possibilitaram o debate dos movimentos sociais e suas tendências analíticas no seio da ciência geográfica, pensamos ser possível considerar a partir das contribuições de Fernandes, uma segunda questão fundamental que substanciou nosso entendimento sobre a temática em contexto de Amazônia, especialmente na região estudada, que seria a própria postura do Estado brasileiro ante o capital e os sujeitos, também a partir da década de 1970.

O território se coloca como condição de reprodução da vida e dos interesses de cada um. Enquanto para os pescadores, quilombolas, ribeirinhos, enfim, as comunidades tradicionais, o território é condição de sobrevivência, portanto, de luta e razão de resistência, para o Estado ele é uma forma de reprodução de políticas econômicas que

substanciam projeto de desenvolvimento e a geopolítica regional, e em conjunto com ações capitalistas privadas, interesses de grupos econômicos nacionais e internacionais.

Podemos afirmar que os movimentos socioterritoriais exprimem no território as condições e elementos concretos e imateriais que não são as mesmas que o Estado ou o Capital impõe. É notório que na Região Tocantina, esses elementos estão imbricados, por vezes parecendo serem únicos ou de uma única matriz.

É preciso uma abordagem cuidadosa do ponto de vista das políticas pensadas pelos movimentos locais no reatamento com o Estado. Não só pela geração de conflitos e por divergências, mas por entender a dinâmica interna regional e a externalidade, os interesses capitalistas e do próprio Estado brasileiro, haja vista, as condições materiais no território, na vida das comunidades tradicionais e dos homens e mulheres que as constroem.

A Região Tocantina e sua inserção nas políticas do Estado brasileiro

Uma necessária problematização que pode ser tecida em trabalhos sobre Amazônia, em nossa concepção, é a própria noção que se construiu da região. Assim, pensamos que importa compreender quais foram as geografias e histórias que perfizeram as ações de exploração seculares na região via grandes corporações econômicas de forte atuação nacional e internacional, somadas às ações do Estado brasileiro. Como pressuposto de reflexão, Trindade Jr (2006) aponta que:

Fala-se da região como um espaço homogêneo. Na verdade, trata-se de uma ideia pronta e acabada do que seja a Amazônia, inventada a partir de pressupostos históricos, sem a presença do homem e de sua história, e com critérios de delimitação rígidos [...] fala-se da Amazônia como um conceito arbitrário, uma representação imposta, em geral por quem a olha de fora, denomina-se como único o que é diverso, impõe-se uma identidade única a múltiplas culturas, de naturezas e de sociedades. (Trindade Jr, 2006, p. 355-356).

Em termos gerais, Trindade Jr (2006) considera que os elementos mais recorrentes nestas acepções se encontram fundamentados em primeiro plano, no sentido natural da Amazônia. Desde a chegada do colonizador, o espaço natural, assumiu papel de destaque em formulações de atividades que envolveram a exploração e o domínio de seus territórios, desconsiderando processos históricos de sujeitos e resumindo sua diversidade à leitura de seu ecossistema, conferindo-lhe então a ideia de espaço de reserva de recursos.

Pautada nas seguintes premissas: a) a natureza é considerada como matéria-prima, explorada através do solo, subsolo, dos recursos hídricos e etc; b) o espaço não é tido na sua dimensão social, mas como vazio, como base material a ser ocupada, por conseguinte, um espaço sem homem, a-histórico, bem próximo da visão newtoniana, o que se define como um recipiente, absoluto, independente, infinito, tridimensional, fixo e o uniforme; numa palavra, um substrato passivo para o desenvolvimento dos fenômenos; c) o homem é tratado nessa concepção como recurso humano, como população, contingente de mão-de-obra, de pessoas (Trindade Jr, 2006, p. 358).

Esse conjunto de entendimentos subsidiou formulações de políticas, atividades gerais do Estado brasileiro e de corporações capitalistas nacionais e internacionais.

Quando falamos da região lócus de nossa pesquisa, falamos de uma região que não fugiu à regra da dinâmica de inserção da região Amazônica na economia nacional e internacional, tendo sido planejada e gerenciada pelo governo militar especialmente a partir da década de 1970, onde várias estratégias territoriais foram e seguem sendo implantadas objetivando seu controle técnico e político.

Redes de circulação rodoviária, de telecomunicações, urbana e etc., subsídios ao fluxo de capital através de incentivos fiscais e crédito a baixos juros, indução de fluxos migratórios para povoamento e formação de um mercado de trabalho regional, inclusive com projetos de colonização e superposição de territórios federais sobre os estaduais, compuseram a malha tecno-política (Becker, 1990 *apud* Becker, 2006, p. 27).

Tal conjunto de estratégias e instrumentos do capital nacional e internacional, o qual tratou Becker, materializou-se em grandes obras que, de acordo com Padinha (2017), promoveram considerável re(des)estruturação de territórios, fortes impactos as territorialidades existentes e historicamente constituídas para atender o devido modelo capitalista de exploração de recursos e pessoas onde foram implantados. Pensamos ser o caso da UHT na região. Sobre isso, Silva (2016) destaca que:

A partir do ano de (1972 a 1974) com a implantação do plano de desenvolvimento da Amazônia, a SUDAM iniciou uma série de estudos de caráter econômico, essencialmente em adotar tarefas de planejamento regional e garantir maior grau de confiabilidade. Esses trabalhos foram realizados por meio de consultorias de experiência internacional, sendo acompanhadas pela equipe técnica da SUDAM. O grupo foi instituído pela portaria nº 4715, de 02 de maio de 1973. A partir desses estudos, foram gerados vários relatórios oficiais sobre os potenciais da Amazônia analisados por microrregiões (Silva, 2016, p. 33)

Como destacado, cabe a compreensão de que houve por parte do governo militar, esforços e planejamentos na construção de uma leitura que teve como trunfo os principais

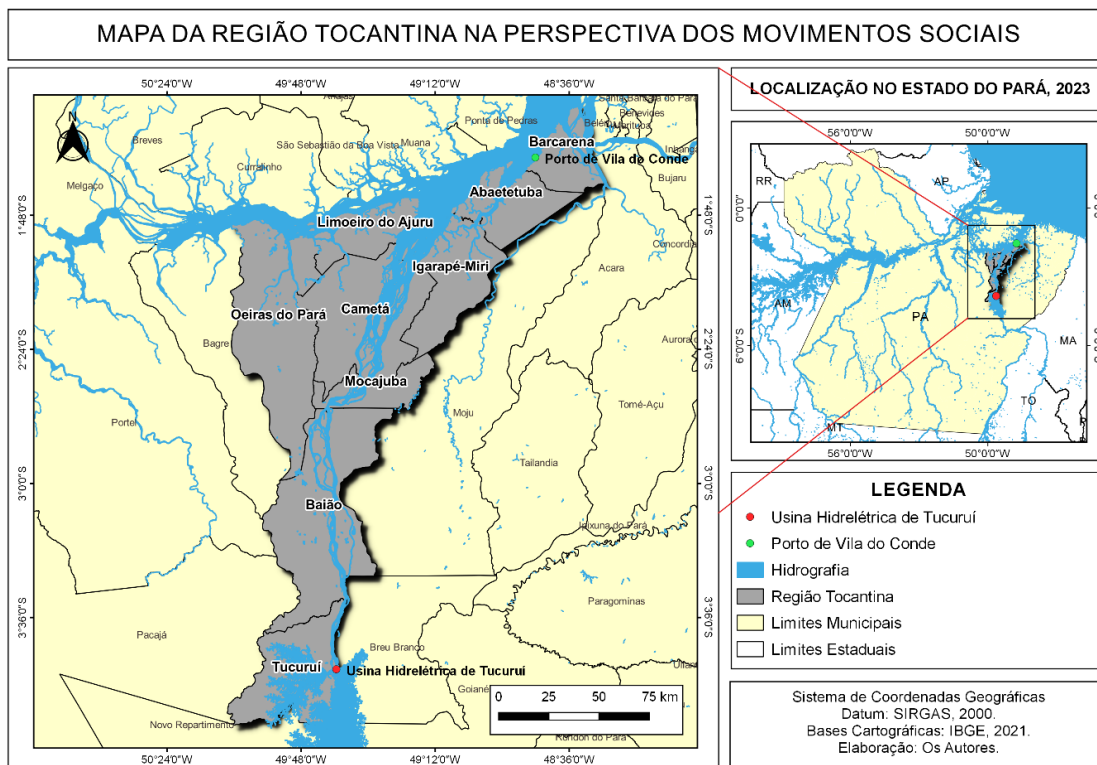
potenciais econômicos da região, objetivando a formulação de políticas e ações com vistas a atração de investidores de outras partes do país e até mesmo do mundo.

Essa realidade nos remete a reflexão sobre fronteira a partir de Becker (2006), que considera esse espaço em estruturação como potencialmente gerador de realidades novas, uma frente avançada de processos, caracterizada pela apropriação de recursos via estruturas espaciais econômicas, malha tecno-política, geopolítica e logística, possível, sobretudo a partir de ações do Estado.

Conforme Dias e Oliveira (2011), a designação “Região de Integração do Tocantins” é recente, instituída a partir do Decreto n. 1.066 de 2008, do governo do estado do Pará. Silva (2016) destaca que ainda no contexto da década de 1970, a designação do Estado brasileiro sobre a região era “Vale do Tocantins”.

Um conjunto de movimentos sociais e outras organizações passou a pensar uma porção considerável do então Vale do Tocantins como “Região Tocantina”, uma espécie de regionalização própria, um contraponto político ao pacote de ações que estava em curso, e que optamos por adotar neste estudo (Mapa 1).

Mapa 1: A Região Tocantina na perspectiva dos movimentos sociais



Fonte: Trabalho de Campo. Elaboração: os autores, 2023.

A regionalização do Estado se fez pela orientação e planejamento de um plano integrado da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que entre outras coisas, realizou tais divisões das ditas “regiões de desenvolvimento”, onde o vale do Tocantins destacou-se pelas possibilidades em termos de implantação de projetos, agropecuária e outros.

Dessa maneira, Silva (2016) destaca que o governo militar abonou com subsídios e incentivos fiscais empreendimentos e projetos, e logo a região passou a testemunhar o que se tornaria o cerne do resultado de tais articulações políticas, ideológicas e econômicas. Ou seja, a materialização de tais incentivos a partir da construção da UHT de 1976 a 1984, criada com o propósito de subsidiar as jazidas de minério de ferro de Carajás e outros empreendimentos.

O trunfo da função de suporte elétrico para impulsionar a produção de empreendimentos, que tão logo se expandiram na região, veio revestido pelos dados e discursos oficiais do governo e dos empreendimentos que agitaram e propagandearam narrativas de progresso e de modernidade para toda a região, ideias que eram a base da legitimação para tais ações, mas que logo viram-se cercadas de questionamentos e pressões. Sobre isso, Silva (2016) pondera que:

Existiam várias alianças para que grandes projetos na Amazônia, nesse caso no Pará, tivessem vários subsídios. Para se concretizar, não havia uma mentalidade dos governantes-militares, ou a preocupação ainda era incipiente, de que essas terras já possuíam donos, habitantes, não era uma terra sem homens e que, ao inserir a dinâmica do capitalismo, iriam interferir decisivamente nos costumes, no modo de vida da população que aqui habitavam, criando variados conflitos que de certo obrigou os homens da floresta a reagirem (Silva, 2016, p. 36).

Importa destacar, mesmo que brevemente, que houveram grandes implicações relacionadas à qualidade, velocidade e volume das águas do rio Tocantins ante o barramento, a utilização de herbicidas na área de floresta inundada em função do lago, ecossistemas aquáticos, processos indiscriminados de submersão, sedimentação e erosão, emissões de gases de efeito estufa, perda da floresta de locais que receberam contingente de pessoas atraídas pelo projeto, entre outras problemáticas ambientais de caráter indimensionável, apesar dos anos e de um número abundante de pesquisas.

Tais problemáticas não estiveram em nenhum momento dissociadas de implicações sociais, pelo contrário, na condição de reflexo direto dos agravantes ambientais ocasionados pela UHT, agravantes sociais e políticos como a alteração e até

mesmo a interrupção de modos de vida de comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas e outros sujeitos, do campo e das cidades da região, processos de deslocamentos compulsórios, exploração da força de trabalho, episódios de conflitos, ameaças, intimidações, especulação imobiliária e grilagem de terras por madeireiras, empreendimentos agropecuários e sujeitos, via de regra atraídos pelo projeto. Tudo isso provocou a reação de homens e mulheres da floresta e das águas.

Movimentos Socioterritoriais e a Região Tocantina: territorialização de lutas e resistências

A sucessão de fatos que levaram a construção da UHT e demais implicações materializadas em uma notável desestruturação socioterritorial, motivaram grande articulação de diversas atividades em várias frentes de atuação por parte de sujeitos que não tardaram a enveredar pela organização política e coletiva de suas lutas.

Ou seja, o campesinato nessa região forjou-se na resistência coletiva face ao acirramento de contradições provenientes da espoliação indiscriminada do capital, e o suprasumo dos questionamentos girava em torno de discussões sobre os impactos da UHT as vidas das populações locais e a natureza.

Comunidades inteiras, entidades e movimentos como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a Igreja Católica via a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) entre outras, passaram a figurar no *front* de lutas e mobilizações, com gritos da terra, acampamentos, ocupações, encontros e marchas por toda a região. Verdadeiros prelúdios dos muitos processos de lutas que se fizeram presentes nas décadas de 1980 e 1990 por essas razões.

Um dos grandes agravantes de todo esse processo de reestruturação compulsória de territórios na região foram os conflitos fundiários, como já mencionamos.

As disputas pelo território no conflito que envolveu a comunidade rural Anilzinho no município de Baião (PA), vista como “uma área perfeita para agropecuária e para colonização”, conforme considerou o próprio relatório oficial de 1973 da SUDAM (Silva, 2016, p. 55), é um marco nesse processo.

Pois, os embates entre os sujeitos da comunidade Anilzinho e empreendimentos que se territorializaram com a UHT, especialmente ligados à pecuária e a extração de

madeira, que promoveram episódios de expulsões de terra, falsificação e suspeitas de falsas titulações, demolições de casas, roubo de produções agrícolas, casos de descidas de helicópteros que causavam medo, insegurança entre outras, como também tratou Silva (2016), motivaram respostas da comunidade.

É nesse sentido que destacamos a constituição de um movimento articulado politicamente no sentido de reagir às ameaças sobre seu território, que a partir de 1980, organizou os “Encontros de Anilzinho”. Estes encontros consistiam em espaços de discussão, formação, ações e denúncias de conflitos e avanços de intervenções políticas na região sem diálogo com as comunidades e municípios, que favoreciam única e exclusivamente “os de fora”. Silva (2016) considera que:

Esses trabalhadores avaliavam que o principal resultado desses conflitos foram a conquista da terra, sua organização e a criação da lei Anilzinho I e II, assim como seus encontros e outros momentos do auge de sua organização, onde estes sujeitos iam para as ruas manifestar-se ainda sob o comando dos governos militares, que foram as manifestações de 1º de maio, dia do Trabalho, e 25 de julho, dia do Trabalhador Rural (Silva, 2016, p. 66).

Tais encontros logo passaram a figurar como referência política de organização e mobilização popular no debate da luta pela terra e demais pautas e direitos na região. Para além dos processos de luta e conquistas mencionados, melhor tratados em trabalhos específicos e mais abrangentes sobre o contexto de Anilzinho, cabe destacar a importância do conjunto de tais ações no processo de disputa dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais na região, uma vez que estes encontravam-se sob forte influência de forças conservadoras de setores da igreja católica e elites regionais alinhadas com o próprio regime militar. Sobre isso, Nahum (2018), destaca:

O debate do novo sindicalismo, portanto, quando observado na micro região Tocantina é fruto dos debates advindos das CEBs, em seus encontros de trabalhadores rurais e, principalmente, com os debates vindos dos Encontros do Anilzinho, que marcaram em definitivo a presença dos agentes eclesiais e leigos nas discussões e na luta pela terra. Os encontros do Anilzinho tiveram uma importância fundamental para a construção das oposições sindicais durante fins da década de 1970 e por toda a década de 1980, porque conseguiram reunir um número significativo de trabalhadores e trabalhadoras rurais que participaram das discussões sobre a necessidade de construção de uma nova perspectiva sobre sindicalismo (Nahum, 2018, p.129).

Assim, vale destacar a forte influência de setores da igreja católica ligados à Teologia da Libertação como a CPT, que dentre outras coisas, possibilitou a articulação

de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que se caracterizavam por encontros, assembleias, espaços de formação, discussão, debates, lutas e demais acúmulos, sobre questões relacionadas à realidade das comunidades onde possuíam atuação.

Ao lutar em favor dos pequenos agricultores, a igreja progressista foi de encontro aos grandes projetos como a construção sem planejamento que beneficiasse as pessoas que iriam ser atingidas pela barragem de Tucuruí [...] Os encontros de Anilzinho que se seguiram após a “promulgação” da lei tiveram um papel importantíssimo na denúncia dos conflitos de terra, na tomada dos sindicatos, nos projetos agrícolas e na campanha contra as consequências negativas que a barragem de Tucuruí poderia gerar (Silva, 2016, p. 160).

Dessa forma, seria uma tarefa difícil não considerar a grande influência dos encontros de Anilzinho na expressão política do campesinato nesta região (Fotografia 1).

Fotografia 1 - Baião, Pará - Trabalhadores rurais chegando ao encontro de Anilzinho em 1998.



Fonte: Acervo da Diocese de Cametá (Pará)

O conjunto de ações que buscaram sensibilizar trabalhadores e trabalhadoras a permanência em sua terra, influenciou até mesmo na constituição de demais movimentos sociais, associações, tomada de sindicatos e outros da região a partir de então.

Outro movimento que se constituiu na região em contexto de profundas ações do capital, nas décadas de 1980 e 1990, em que cabe o destaque, foi o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB. Movimento social de caráter nacional que na região somou-se à luta de milhares de atingidos pela UHT em ações de sindicatos e dos setores

progressistas da igreja católica, tornando-se igualmente referência de luta. Sobre o movimento, Wanzeler (2015) destaca:

O Movimento de Atingidos por Barragens - MAB, se constituiu a partir da luta de milhares de famílias afetadas por esse processo. Para manter-se na terra ou garantir a terra em outra região, preservar suas relações de vizinhança, garantir justa indenização de bens materiais e simbólicos construídos ao longo de suas vidas, era necessário um processo constantemente de mobilização. Comissões de negociações, formas de pressão variadas como a ocupação de espaços públicos e acampamentos prolongados em áreas das próprias companhias responsáveis pelas obras, foram se alternando como forma de resistência (Wanzeler, 2015, p. 33).

As constantes atuações tanto do MAB quanto de setores da igreja com uma perspectiva religiosa necessariamente voltada a contestação política, denúncia e superação de injustiças, também de sindicatos e demais organizações, mantiveram forte mobilização popular na região, o que por sua vez potencializou suas lutas.

Um dos principais movimentos que consideramos ser produto desse processo político e que congregou esforços sob a égide de defesa da região, foi o Movimento em Defesa e Desenvolvimento da Região Tocantina (MODERT). Formado por sindicatos, movimentos sociais, parcelas da igreja católica ligadas a teologia da libertação e outras organizações populares, que em meio a contestações e debates, defenderam uma perspectiva de desenvolvimento pensada pelas populações e movimentos para a região.

Um dos episódios que marcaram a atuação desse movimento foi a ocupação do escritório da Eletronorte Centrais Elétricas do Norte do Brasil do Brasil S. A, em Tucuruí (PA), estatal brasileira diretamente responsável pela UHT, em 1996 (Fotografia 2). Sobre o MODERT, a entrevistada “A”, mulher, sindicalista e liderança histórica da região, relata:

“No MODERT eu fui a primeira mulher e primeira coordenadora na década de 1990. A gente realizou audiências públicas, pressionou os governos, fez uma convergência muito boa entre agricultores e pescadores. Em 1996, meu primeiro grande desafio foi, em primeiro de maio, subir o rio Tocantins e ocupar a Eletronorte, onde tínhamos claro a necessidade de ter energia da barragem nos nossos municípios, e foi nessa negociação que conseguimos o compromisso da Eletronorte de em 1998, inaugurar a energia em Cametá, havendo a possibilidade de termos energia nos demais municípios da região. Um momento tenso, logo depois do massacre de Eldorado dos Carajás, desafiamos o exército que estava lá, mas aconteceu a luta e o meu batismo nela”. (Entrevistada A, janeiro de 2022).

Conforme o relato, o movimento assumiu grande importância a partir de suas lutas e conquistas para os municípios da região. Assim, pensamos ser possível considerar tamanha influência na complexa formação política de tais movimentos, até mesmo na constituição de novos movimentos, influência que extrapolou os territórios onde se desenvolveram, até mesmo excedendo a região.

Fotografia 2 - Tucuruí, Pará - Manifestação do MODERT em 1996



Fonte: Acervo da Diocese de Cametá (Pará)

Pensamos ser possível considerar ainda, que a amplitude dos movimentos foi tamanha que contestou em muito, desde o próprio regime militar ao apontamento de questões como o direito à terra, crédito, apoio técnico para produção, preservação ambiental, direitos territoriais e demais questões a nível de país, naquele período e nas demais décadas que se sucederam, até a atualidade.

Articulando pautas e lutas populares, do fazer político cotidiano às esferas institucionais, através de associações, cooperativas, institutos, movimentos de mulheres, movimentos quilombolas, acordos de pesca, movimentos de juventudes, movimentos de Educação, e mais recentemente movimentos que tratam de gênero e sexualidade.

Temos então um número considerável de movimentos nascidos na Região Tocantina e que territorializaram suas histórias de resistência de forma exemplar. Vimos isso no decorrer do tempo e assim, no bojo de lutas processadas no passado, nos ajudam a entender a articulação de lutas de hoje. Vemos que estes movimentos sociais fizeram articular: sujeitos políticos dentro dos territórios municipais; lideranças comunitárias

locais; formação de grupos e movimentos outros e em diversidade de exigências e tipologias (ambiental, trabalhistas, políticos-partidários), a exemplo dos estudos feitos por Arnaud (2010), sobre os movimentos socioambientais em Cametá e na região tocatina, onde o movimento socioambiental se organizou numa dinâmica própria, junto a igreja católica, reagindo e se aliando ao MAB-Cametá, frente a construção da UHE-Tucuruí, com os movimentos se intensificando ações do movimento para a gestão ambiental local, por exemplo, com grande inserção regional.

Em termos regionais a inserção dessas organizações tem se dado com frequência pela participação nos planos de ordenamento territorial, caso do Plano Diretor dos Municípios a jusante da UHE Tucuruí e principalmente no Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião à Jusante da UHE-Tucuruí (PPDJUS). A participação popular através dos mais variados movimentos da sociedade, incluindo os ambientalistas, é antes de tudo uma luta constante contra o modelo de gestão do espaço regional e favor de uma urgente melhoria na qualidade de vida das populações atingidas pelos projetos federais na região (Arnaud, 2010. P.27).

Além destes, podemos concluir que se criou uma cultura de movimento sociais, ou seja, o movimento social é a cultura de produção de novas realidades na compreensão do espaço de vivência das comunidades amazônicas, especificamente na Região Tocantina. Neste sentido, falamos então de movimentos socioterritoriais. Eles são resultados de uma cultura criada que é a partir das exigências de uma população atingida pelas ações do capital, do Estado, agentes externos diversos.

A cultura do movimento social ao reivindicar melhorias de condições quaisquer de vida cria uma agenda própria, é a condição principal que move a região, haja vista não ter outro meio de resolver ou buscar soluções a não ser aquela da conflitualidade. E como dissemos, o trunfo é a disputa pelo território. Ressalvando as contradições e as problemáticas de cada movimento social, êxito ou falhas, e não como via de mão única, pensamos que esta condição é muito presente e concreta na Região Tocantina.

E concretamente, são essas condições que permitiram a rearticulação de movimentos dos povos do rio Tocantins em várias frentes como: movimento contra a Hidrovia Araguaia Tocantins, projeto logístico multimodal que prevê obras de derrocamento e dragagem em trechos do rio Tocantins para a navegação comercial, de responsabilidade do governo federal por meio do DNIT, interpretado como mais um “grande projeto” com potencial para re(des)estruturação de territórios na região; movimentos por mais acordos de pesca nas

comunidades pesqueiras e a manutenção dos que já existem com apoio das prefeituras e Colônias de pescadores; regularização fundiária; apoio à agricultura familiar; combate à poluição dos rios e destruição de suas margens; combate à exploração madeireira e chegada das frentes da soja e fazendas de gado com reais ameaças aos territórios quilombolas e outros. Assim, o resultado do processo de luta foi materializado no território da Região Tocantina, no papel da luta dos diversos grupos e sujeitos ali presentes.

Considerações finais

Sabemos que um conjunto de interesses políticos estritamente econômicos referentes à Amazônia brasileira, ao longo do tempo e espaço, resumiram sua dimensão a ideia de espaço de incontáveis reservas de recursos de necessária exploração, tais acepções revestiram ações do Estado brasileiro, principal viabilizador do modo de produção capitalista na região, somadas as ações de corporações e conglomerados empresariais, que por sua vez possibilitaram e seguem possibilitando grandes transformações por todos os arranjos territoriais das regiões amazônicas.

Nosso trabalho juntou esforços para a construção de uma leitura geográfica acerca da constituição de movimentos sociais na Região Tocantina, onde a ocorrência de processos de resistência via instituições como sindicatos, setores progressistas da igreja católica, organizações camponesas, movimentos sociais e demais organizações populares, tem atuação histórica ante as contradições de tais ações, pensadas, executadas e propagandeadas em nome de uma concepção hegemônica de “desenvolvimento”, “progresso” e “modernidade”, que nunca tiveram como fundamento alguma preocupação com os diversos modos de existir historicamente constituídos na região.

Leitura possível através da ciência geográfica, de seus conceitos, categorias e demais formulações, tratados a partir do conjunto de trabalhos que fundamentaram nossa pesquisa.

Que por fim, nos possibilitou entender que tais movimentos foram conformados a partir da fricção das relações dialéticas com o modelo hegemônico territorializado na região, e como tal, protagonizaram lutas, sobretudo a partir do período de construção e operação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, nos 1970, de intensificação e notoriedade local e extra-local para os movimentos, politicamente falando.

Demonstrando que suas lutas se constituíram sob a legitimidade do questionamento das interferências e contradições sofridas em razão de tal modelo de gestão política e territorial, bem como pela necessidade de reivindicação de direitos e melhoria na qualidade de vida das populações historicamente atingidas em maior ou menor grau pelos projetos do Estado brasileiro nessa região.

Consideramos por fim, que a Região Tocantina é mais uma entre tantas outras regiões amazônicas que vivenciam cotidianamente conflitos, contestações e deste mesmo modo, a defesa de seus territórios e existências, face a ameaças sociais e ambientais recorrentes, bem como portadora de histórias, identidades e exemplos concretos de lutas e resistências de grande relevância, que possibilitaram a construção dessa leitura, que por sua vez, consideramos possuir potencial para subsidiar, através da ciência geográfica, suas populações e espaços, no processo de compreensão política das interferências, modificações e reconfigurações aos seus modos de vida, e sobretudo de suas lutas a partir dos processos abordados.

Referências

ARNAUD, M. J. de C. **Gestão ambiental no Baixo Tocantins:** dos movimentos ambientalistas à elaboração do PPDJUS. 2010. (Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Defesa: Belém, Pará em 09/03/2010. Disponível em: <https://ppgeo.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2008/DISSERTACÃO%20MÁRIO%20JÚNIOR.pdf>

BECKER, B. K. **Amazônia:** geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

DIAS, G. A. V.; OLIVEIRA, W. **Região de Integração Tocantins-PA:** um novo olhar sobre o extrativismo e alguns aspectos socioeconômicos. IPEA 1590, Rio de Janeiro, 2011.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA.** Presidente Prudente. Ano 8, n. 6 p. 14. 2005.

FERNANDES, B. M. Do movimento social ao movimento socioterritorial. *In:* CASTRO, C. E.; SOBREIRO FILHO, J.; SAQUET, M. A.; VINHA, J. F. S. C. **Geografias Fora do Eixo:** por outras Geografias feitas com práxis territoriais, Londrina, Editora Liberdade/EDUEMA, v. 1, 2022.

GONÇALVES, O. D.; RODRIGUES, J. C.; SOBREIRO FILHO, J. “Marés das rebeldias em Abaetetuba”: dos rios da existência à resistência dos territórios na Amazônia paraense, Baixo Tocantins. **Revista Tamoios,** São Gonçalo, ano 15, n. 1, pág. 80-103, jan-jun 2019. DOI: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2019.41209>

NAHUM, N. C. **“Da União dos Trabalhadores é que virá a transformação social: do velho ao novo no sindicalismo do STR de Igarapé-Miri /PA (1968 - 1988).** Monografia. Graduação. Universidade Federal do Pará - CUNTINS, Faculdade de História, Cametá, 2018.

PADINHA, M. R. **Grandes objetos na Amazônia:** Das velhas lógicas hegemônicas às centralidades insurgentes, os impactos da hidrelétrica de Belo Monte às escalas da vida. Tese de doutorado. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente/SP. 2017.

PEDON, N. R. **Movimentos Socioterritoriais:** Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica. 235 f. Teses (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2009.

PEDON, N. R. **Geografia e Movimentos Sociais:** dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial. Editora Unesp. São Paulo. 2013. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788539304189>

SANTOS, R. E. **Movimentos Sociais e Geografia:** Sobre A(s) Espacialidade(s) Da Ação Social. Rio de Janeiro: Consequência. 2014.

SILVA, A. **O vale do Tocantins e a Lei Anilziho:** a Lei dos posseiros (1961- 1981). Tese de doutorado. Universidade federal do Pará, Programa de Pós-graduação em História - PPHIST. Belém do Pará. 2016.

SOBREIRO FILHO, J. **Contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais e Contentious Politics:** Produção do espaço, redes e lógica-racionalidade espaço temporal no Brasil e Argentina. 2016. Tese (Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

SOBREIRO FILHO, J.; COSTA, B. G. As políticas contenciosas dos movimentos socioterritoriais na amazônia legal: ensaio geográfico a partir do DATALUTA floresta. *In:* CASTRO, C. E.; SOBREIRO FILHO, J.; SAQUET, M. A.; VINHA, J. F. S. C. **Geografias Fora do Eixo:** por outras Geografias feitas com práxis territoriais, Londrina, Editora Liberdade/EDUEMA, v. 1, 2022.

TRINDADE JR., S. C. C. Pensando a Concepção de Amazônia. *In.* SILVA, J. B. da; LIMA, L. C.; ELIAS, D. (orgs). **Panorama da Geografia Brasileira** 1. São Paulo: Annablume, 2006.

WANZELER, J. B. **Educação em Movimento, Trabalhadores Rurais em Formação:** um estudo sobre lideranças no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cametá/PA (décadas de 1970-90). Dissertação de mestrado. Universidade federal do Pará, Programa de Pós-graduação Educação e Cultura - PPGDUC, 2015.

Recebido em 30/11/2023.

Aceito para publicação em 06/03/2024